

Setor financeiro vai enfrentar novo teste

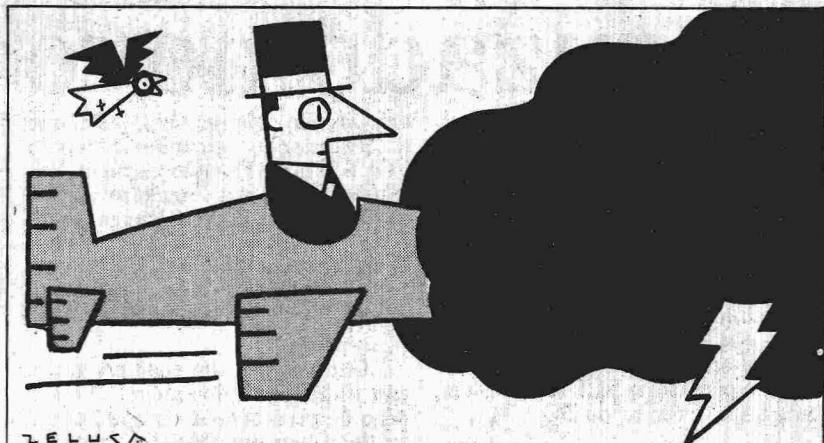
Sônia Mossri

O último trimestre do ano promete se transformar num duro teste de resistência para o sistema financeiro, na avaliação de assessores do Ministério da Economia e do Banco Central. Muitas instituições financeiras de liquidez e os riscos de novas liquidações são fortes, suscitando temores entre analistas do mercado e setores do próprio Governo.

Para os mais pessimistas, a liquidação de cinco instituições financeiras há dez dias pelo Banco Central é apenas a ponta de um iceberg com muitos bancos recorrendo aos empréstimos de liquidez do BC, com taxa de juros punitivas. Os bancos múltiplos, que proliferaram nos últimos dois anos, são os mais penalizados, com deficiência de reserva bancária em função do aperto monetário do Plano Collor.

Certificados de privatização, aumento da base em que incide a taxa de recolhimento compulsório — que passou a incluir também o floting (recursos flutuantes, como impostos) e o acerto, mesmo parcelado, da posição em cruzados, formam as principais medidas de ataque do Banco Central à liquidez no sistema financeiro, dentro da estratégia da equipe econômica de forçar a queda da inflação reduzindo substancialmente a quantidade de dinheiro em circulação.

Além disso, o governo Collor trouxe as Letras Financeiras do Tesouro (LFT), pós-fixadas, pelas Letras do Tesouro Nacional (LTN), pré-fixadas, obrigando a rede bancária a assumir riscos. Com a redução da inflação, muitos bancos



apresentaram dificuldades devido à deficiência do próprio setor. Isso não transpareceu nos balanços do primeiro semestre do ano, apostou um assessor da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, porque os bancos ainda foram beneficiados com os índices de inflação elevados dos três primeiros meses do ano.

Projetos

Paralelamente às deficiências de reserva bancária enfrentadas com o Plano Collor, a assessoria da Secretaria de Política Econômica e o Banco Central já estão analisando todos os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional sobre sistema financeiro. Com isso, o Governo se prepara para influenciar os novos parlamentares sobre a elaboração da lei complementar do sistema financeiro, previsto na Constituição.

A preocupação da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) com a lei comple-

mentar do sistema financeiro é grande e, por isso mesmo, a instituição patrocina a campanha eleitoral de muitos candidatos, buscando garantir apoio no Congresso. Um dos alvos de críticas pelos representantes de bancos privados é o artigo constitucional que prevê a criação de uma espécie de seguro para garantir depósitos bancários. Isso evitaria o desembolso de recursos do contribuinte para socorrer bancos "quebrados". Outra preocupação dos bancos é a participação do capital estrangeiro.

Um dos pontos que vai suscitar muita polêmica na elaboração da lei complementar do sistema financeiro é a obrigatoriedade dos bancos de aplicar em determinados setores, com a atividade rural, a taxas determinadas pelo Governo. No próprio Ministério da Economia existem assessores que defendem a extinção dessa aplicação compulsória, acusada de aumentar o custo da intermediação financeira.